



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

13º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANGRA DOS REIS

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2023 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Acerca do poder constituinte, identifique a alternativa INCORRETA:

- a) O poder constituinte originário é tradicionalmente caracterizado como incondicionado e ilimitado.
- b) As leis editadas sobre a égide de uma Constituição anterior serão recepcionadas pela nova ordem constitucional desde que sejam com ela material e formalmente compatíveis.
- c) A prerrogativa dos entes federativos editarem as suas próprias constituições denomina-se poder constituinte decorrente.
- d) O poder constituinte derivado reformador se materializa por meio das Emendas Constitucionais.
- e) Mutação constitucional   o processo informal de altera o das normas constitucionais a partir da mudança da sua interpreta o, ainda que o texto normativo permaneça o mesmo.

2) Qual das seguintes classifica es não   aplicável   CRFB/88:

- a) Outorgada
- b) Compromiss ria
- c) Analítica
- d) Rígida
- e) Dirigente

3) O Brasil possui um sistema de controle de constitucionalidade complexo, que combina modelos de distintas origens e prevê diversos mecanismos e modalidades de atua o do judiciário na garantia da supremacia constitucional. Sobre o ponto, indique a alternativa ERRADA:

- a) A jurisprudência do STF admite o controle preventivo de constitucionalidade por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar no caso de viola o das regras constitucionais sobre processo legislativo.
- b) Segundo o STF, os Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constitui o Federal, desde que se trate de normas de reprodu o obrigatória pelos estados.
- c) A possibilidade de modula o de efeitos representa uma relativiza o do chamado “dogma da nulidade da lei inconstitucional”, segundo o qual o vício de inconstitucionalidade seria cong nito   edi o da norma.
- d) Visando remediar a situa o de cr nica inefetividade que marcou nossas constitui es anteriores, a Constitui o de 1988 previu expressamente mecanismos para lidar com as situa es de omissão inconstitucional.
- e) A ADI e a ADC são usualmente entendidas como “a es com sinal trocado”, podendo ser manejadas em face de leis federais ou estaduais.

4) O art. 1  da Lei 9.882/99 estabelece que *“A argu o prevista no   1o do art. 102 da Constitui o Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público”*. Segundo as disposi es legais e a jurisprudência do STF, a argu o de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) NÃO   cabível em face de:

- a) Lei municipal
- b) Lei anterior   Constitui o de 1988
- c) Conjunto de decisões judiciais
- d) Súmula vinculante
- e) Estado de coisas inconstitucional, caracterizado por uma situa o de viola o massiva de direitos fundamentais, resultante de a es e omissões de todos os Poderes Públicos

5) Acerca do modelo federativo brasileiro e o sistema de reparti o de competências previsto na Constitui o de 1988, indique a alternativa ERRADA:

- a) Segundo o STF, aplicam-se ao processo legislativo estadual as previsões constitucionais referentes ao processo legislativo federal, por força do princípio da simetria.
- b) Compete privativamente   União legislar sobre direito civil e direito penal.

- c) São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
- d) O modelo federativo brasileiro é tripartite, caracterizado por três níveis federativos distintos, cada um deles com o respectivo Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.
- e) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

6) Acerca do processo legislativo na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Casa na qual tenha sido iniciada a votação enviará o projeto de lei, após sua aprovação, ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
- b) O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- c) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- d) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- e) A lei complementar tem hierarquia normativa superior à lei ordinária.

7) Acerca das Emendas Constitucionais e seu respectivo processo legislativo, indique a alternativa CORRETA:

- a) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio ou estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; a separação de poderes ou o sistema presidencialista de governo.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) Podem apresentar Projetos de Emenda Constitucional um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal ou o Presidente da República, sendo obrigatória a iniciativa deste no caso de projeto que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- e) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

8) Avalie as seguintes afirmações acerca da Separação de Poderes na ordem constitucional brasileira e indique a ERRADA

- a) O Poder Legislativo a nível federal é bicameral, mas a nível estadual é unicameral.
- b) Os princípios gerais da Administração Pública previstos no art. 37 da CRFB (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) aplicam-se exclusivamente ao Poder Executivo.
- c) Uma das funções típicas do Poder Legislativo é a função fiscalizatória, sendo as Comissões Parlamentares de Inquérito um dos principais instrumentos para o seu exercício.
- d) Denominam-se mecanismos de freios e contrapesos os instrumentos de controle de um poder sobre o outro, podendo-se citar como exemplo o veto a projeto de lei pelo Presidente da República.
- e) Embora a figura já tenha encontrado previsão na nossa história constitucional, é errado afirmar que a Constituição de 1988 tenha estabelecido um Poder Moderador.

9) Acerca da jurisprudência do STF sobre direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os transgêneros, possuem o direito à alteração do prenome e do gênero (sexo) independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.
- b) A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
- c) A ausência de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial.

- d) É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
- e) Nas políticas de ação afirmativa, como por exemplo cotas raciais para ingresso em universidade, deve-se adotar exclusivamente o critério da autodeclaração, sendo vedados critérios, ainda que subsidiários, de heteroidentificação, por constituírem “tribunais raciais”.

10) Acerca do Mandado de Segurança, indique a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se de remédio cabível em face de direito líquido e certo, o que significa que a tutela judicial pretendida não pode ser jurisprudencialmente controvertida.
- b) Considerando o seu papel como instrumento de defesa dos direitos fundamentais, admite a realização de perícias e oitiva de testemunhas.
- c) Embora a Lei nº 12.016/09 estabelecesse prazo de 120 (cento e vinte) dias para a sua impetração, essa previsão foi considerada inconstitucional pelo STF.
- d) Admite modalidade individual ou coletiva.
- e) Cabe contra todos os atos praticados pela Administração Direta e Indireta, inclusive de empresas públicas e sociedades de economia mista.

DIREITO CIVIL

11) Acerca das disposições do Código Civil de 2002 sobre os Defeitos do Negócio Jurídico, é INCORRETO afirmar que:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- c) O dolo é acidental quando, se não fosse por ele, o negócio não seria realizado.
- d) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

12) No tocante ao regramento legislativo do Direito de Empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) Considera-se também empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística com finalidade lucrativa.
- c) A lei não pode prever tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, sob pena de violação ao princípio da isonomia.
- d) Podem exercer a atividade de empresário os capazes e relativamente incapazes.
- e) O empresário casado depende de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, para alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

13) A morte presumida, sem decretação de ausência, pode ser declarada:

- a) Se alguém desaparecer de seu domicílio e não for encontrado no prazo de 10 anos.
- b) Se alguém desaparecer de seu domicílio e não for encontrado até a data em que completaria a idade média de expectativa de vida no país.
- c) Se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado em até um ano, durante a constância da guerra.
- d) Se alguém, feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- e) De alguém que estava em perigo de vida, ainda que improvável a sua morte.

14) Gabriel vendeu sua Ferrari para Bruno Henrique. No dia do pagamento, Bruno Henrique, sem dinheiro para pagar a quantia prometida, ofereceu dar sua Lamborghini a Gabriel para quitação da dívida. Gabriel aceitou a Lamborghini de Bruno Henrique como pagamento pela venda de sua Ferrari. No caso, houve:

- a) Pagamento em consignação.
- b) Compensação.
- c) Dação em pagamento.
- d) Novação.
- e) Imputação do pagamento.

15) Acerca da solidariedade, marque a opção INCORRETA:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- c) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- d) A solidariedade resulta da lei ou da vontade das partes.
- e) A solidariedade pode ser presumida.

16) Acerca do tratamento dos negócios jurídicos pela legislação civil, é INCORRETO afirmar que:

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
- e) O silêncio não importa anuência, sendo sempre necessária a declaração de vontade expressa.

17) A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, considera-se:

- a) Condição.
- b) Termo inicial.
- c) Solidariedade.
- d) Encargo.
- e) Cláusula penal.

18) Sobre a invalidade do negócio jurídico, o Código Civil de 2002 dispõe que:

- a) É anulável o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
- b) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- c) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.
- d) O negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- e) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

19) O edifício-sede da Procuradoria-Geral do Estado é um:

- a) Bem público dominical.
- b) Bem público de uso especial.
- c) Bem público de uso comum.

- d) Bem público alienável.
- e) Bem público prescritível.

20) Assinale a alternativa CORRETA:

I. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

II. São também responsáveis pela reparação civil os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

III. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

IV. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Assinale a alternativa que corresponde à definição de "litisconsórcio".

- a) É a participação de terceiro no processo como auxiliar da parte principal, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- b) É o acúmulo de dois ou mais pedidos em uma mesma ação.
- c) É o ato pelo qual uma das partes denuncia a lide a terceiro, com o objetivo de exercer direito de regresso.
- d) É o fenômeno pelo qual se admite no processo a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, considerando a relevância da matéria e a repercussão social da controvérsia.
- e) É a união de duas ou mais pessoas em um mesmo polo da ação, como autores ou réus.

22) Qual das seguintes alternativas corretamente descreve a admissibilidade da ação declaratória?

- a) A ação declaratória só pode ser ajuizada quando ainda não houve violação do direito em questão.
- b) A ação declaratória é admissível caso a violação do direito já tenha ocorrido, mas, nesse caso, será necessária a formulação de pedido condenatório, sob pena de extinção do processo por falta de interesse de agir.
- c) A ação declaratória é viável apenas se demonstrada a probabilidade do direito e o perigo na demora.
- d) Não há interesse de agir na ação declaratória da autenticidade de documento.
- e) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

23) Sobre o prazo aplicável ao Estado do Rio de Janeiro para suas manifestações processuais, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para o Estado conta-se a partir da publicação da intimação no Diário Oficial.
- b) O Estado tem prazo em dobro, mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- c) O benefício da contagem diferenciada do prazo aplica-se à apelação, mas não aos embargos de declaração.
- d) O Estado tem, em regra, prazo em dobro, contado a partir da intimação pessoal.
- e) O benefício da contagem diferenciada do prazo aplica-se no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

24) Sobre competência no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- b) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes forem comuns as partes.
- c) A incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação.
- d) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- e) Há conflito de competência quando 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes.

25) Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das nulidades no processo civil.

- a) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- c) O erro de forma do processo acarreta a anulação dos atos anteriores.
- d) Dar-se-á o aproveitamento dos atos praticados desde que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.
- e) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

26) A respeito dos princípios do direito processual, assinale a alternativa correta:

- a) Não é juridicamente exigível que os participantes do processo se comportem de acordo com a boa-fé, pois essa é apenas uma obrigação moral.
- b) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) O princípio da razoável duração do processo impede que as partes convençam sua suspensão sem a anuência do juiz.
- d) Os juízes e os tribunais darão preferência aos processos em que sejam partes a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para proferir sentença ou acórdão.
- e) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo, entre outras exceções, no caso de tutela provisória de urgência.

27) Assinale a alternativa correta a respeito do agravo de instrumento.

- a) É cabível contra decisão interlocutória que verse sobre redistribuição do ônus da prova.
- b) Será dirigido ao juiz da causa em primeira instância, para encaminhamento ao tribunal competente.
- c) Será interposto no prazo de 10 dias úteis, salvo prazos diferenciados como o de que dispõe o Estado.
- d) Tem efeito suspensivo automático, que pode ser revogado pelo relator, a requerimento da parte recorrida.
- e) Deve impugnar a totalidade da decisão recorrida, sob pena de inadmissão.

28) O instituto da coisa julgada tem as seguintes características, EXCETO:

- a) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- b) Impede a rediscussão da mesma matéria em um novo processo entre as mesmas partes.
- c) Pode ser desconstituída por meio da ação rescisória em casos específicos previstos em lei.
- d) Deve ser alegada pelo réu em contestação, sob pena de preclusão, já que o juiz não pode conhecê-la de ofício.
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

29) Sobre a jurisdição e ação, assinale a alternativa correta:

- a) Para estar em juízo é necessário ter capacidade civil plena.
- b) Segundo a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, as causas entre a União e os Estados.

- c) A legitimidade não é requisito para postular em juízo, porque pode ser suprida pela representação.
- d) Todas as decisões judiciais serão fundamentadas, exceto no caso de segredo de justiça.
- e) A ação judicial é condicionada ao exaurimento da via administrativa.

30) Leandro, procurador do Estado, pediu ao seu estagiário a avaliação do cabimento de recurso imediato contra decisão interlocutória proferida na fase de conhecimento de um processo em curso no Juizado Especial de Fazenda Pública. A decisão concedeu medida antecipatória para evitar dano de difícil ou incerta reparação à parte adversa.

A respeito desta situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível recurso dirigido ao próprio juiz da causa em primeira instância, porque a lei prevê o pedido de reconsideração no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- b) É cabível recurso imediato dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça ao qual o juiz da causa está vinculado.
- c) É cabível recurso extraordinário dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Não é cabível recurso imediato contra a decisão descrita.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.